

JENIPAPO – KANINDÉ: UMA HISTÓRIA DE LUTAS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

JENIPAPO – KANINDÉ: A STORY OF STRUGGLES IN SEARCH OF SUSTAINABILITY AND ENVIRONMENTAL EDUCATION

Edson Vicente da Silva

Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutorado na Universidade Federal da Bahia. Pós-doutorado em Educação Ambiental (UFB) e Pós-doutorado em Planejamento e Geoecologia da Paisagem pela Faculdade de Geografia (Universidade de Havana-Cuba. Doutor em Geografia (UNESP). Bolsista PDS do CNPq. E-mail: cacau@ufc.br

RESUMO

Os índios da Região Nordeste do Brasil após séculos de esquecimento e isolamento cultural mobilizaram-se no sentido de recuperar o direito às suas terras de origem e seus valores culturais. No Ceará, os Jenipapo-Kanindé tem se destacado pela dedicação à sua autodeterminação com a comunidade indígena. A pesquisa realizada foi fruto de um pós-doutorado na FACED-UFBA, graças ao apoio do CNPq, através de uma bolsa PDS. Por meio de uma metodologia participativa e integrada, obteve-se um diagnóstico sócio-ambiental das Terras Indígenas Jenipapo-Kanindé, onde a população indígena participou de forma efetiva. Em base ao diagnóstico apresentaram-se diretrizes e propostas que podem viabilizar um caminho para a sustentabilidade sócio-ambiental da comunidade indígena tendo como eixo central, a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação; ambiente; indígenas.

ABSTRACT

The Indians of the Northeast Area of Brazil after centuries of forgetfulness and cultural isolation, were mobilized in the sense of recovering the right to their origin lands and their cultural values. In Ceará, Jenipapo-Kanindé has if

outstanding for the dedication to her self-determination with the indigenous community. The accomplished research was fruit of a powder-doctorate in FAGED-UFBA, thanks to the support of CNPq, through a bag PDS. Through a communicate methodology and integrated, it was obtained an I diagnose partner-environmental of the Indigenous Lands Jenipapo-Kanindé, where the indigenous population participated in effective form. In base to the diagnosis came guidelines and proposed that can make possible a road for the indigenous community's partner-environmental sustainability tends as central axis, the Environmental Education.

Keywords: Education; environment; indigenous.

INTRODUÇÃO

A comunidade indígena Jenipapo-Kanindé encontra-se inserida na localidade da Lagoa da Encantada, no Município de Aquiraz, dentro da Região Metropolitana de Fortaleza, no Ceará. O censo da população indígena (Brasil, 2005) indica que o seu contingente populacional é de 253 pessoas.

Outro nome como também é designado a etnia Jenipapo-Kanindé é o de Payaku. Representa uma étnica numerosa que ocupava a faixa sub litorânea do Ceará e Rio Grande do Norte durante o século XVI. Hoje os descendentes dos Payaku habitam ainda a mesma região, sendo que os habitantes da Lagoa de Encantada, os Jenipapo-Kanindé, possuem títulos individuais dos terrenos onde vivem, enquanto grande parte da terra, sem posse oficializada é compartilhada coletivamente.

UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

Do século XVI, os primeiros contatos com os colonizadores, até o século XVIII há registros que os Payakú habitavam as margens e principalmente os estuários do leste cearense e do litoral potiguar. Os Jenipapo e Kanindé eram mais semelhantes aos Tarairiú, em língua e cultura, e como os outros

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.4, n. 1, p. 169-185, jan./jun. 2022 (2024).

povos indígenas que não eram Tupi, foram denominados de Tapuias do Nordeste.

No contexto histórico dos Payakú, os contatos com os brancos, que ocorreram com maior frequência a partir do século XVII, sempre foram conflituosos. Sempre resistentes à colonização de suas terras, foram escravizados e mortos. Rebeliões como a chamada “Guerra dos Bárbaros” entre 1680 e 1730, levou a sua submissão e a quase total dizimação dos Payakú.

Segundo o Serviço de Informação Indígena da FUNAI (Brasil, 2005) em 1707 foram aldeados por missionários jesuítas nas proximidades do rio Choró e de Aquiraz, onde vivem até hoje. Atualmente os Jenipapo-Kanindé habitam as margens e o entorno da Lagoa de Encantada, no mesmo município de Aquiraz. Usufruem dos recursos naturais através da coleta de frutos, pesca artesanal e de um agricultura de subsistência.

Na década de 1980 a 1990 houve contatos e estudos iniciais junto à comunidade indígena, que sempre manteve – se relativamente isolada no núcleo populacional mais próximo, a localidade de Iguape. Nesse período, antes de assumirem a sua etnia indígena, eram denominados pelos locais de “cabeludos”.

Após alguns estudos e pesquisas sócio-ambientais chegou se à determinação de sua etnia, passando então as ações de demarcação de suas terras indígenas a ser competência da FUNAI. Em 1997 iniciou – se o processo de demarcação da Terra Indígena Jenipapo – Kanindé da Lagoa Encantada, por meio da FUNAI, uma um área reivindicada de 1771 ha.

Constata-se atualmente que há um progressivo crescimento populacional, dados da FUNAI/FUNASA/SIASI (Brasil, 2005) indicam que em 1982 a população era de 96 pessoas, em 1997 chegava a 180, e agora em 2005, o contingente populacional é de 253 pessoas, com cerca de 68 famílias, com suas respectivas residências.

A comunidade conta com uma escola indígena com nove professores especializados, ministrando aulas até a 6ª série. Há uma unidade de saúde recém inaugurada, assistida por médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem e agente de saúde.

Quanto à infra-estrutura há serviços de abastecimento de água encanada para todas as famílias, através da captação em poço artesiano. As águas servidas são despejadas no quintal, possuindo cada família uma fossa negra em sua propriedade. O lixo, em sua maioria orgânico, é enterrado ou queimado nos fundos dos quintais. Toda a comunidade é servida pelo sistema de energia elétrica.

As atividades produtivas vinculam-se basicamente à coleta de frutos nos matos a pesca e a mariscagem em lagoas e manguezais, e a agricultura de subsistência (hortaliças, feijão, milho, batata-doce, mandioca) e a confecção de artesanato (renda, cobres, pulseiras)

Atualmente há uma casa de farinha, com os equipamentos básicos para a produção de farinha de mandioca e que funciona em sistema coletivo, durante o período de colheita da mandioca. Apenas o excesso de farinha, algumas hortaliças e um pouco de produção artesanal são comercializados para fora das terras indígenas.

Lutas pela posse da terra e tentativas de impedimentos de usos abusivos como a retirada de água para uso industrial e abastecimento urbano, sempre foram parte do cotidiano dos Jenipapo-Kanindé. Fases de contatos amigáveis e conflitos referentes à especulação imobiliária e exploração de recursos minerais (argila e areia) constituíram o período recente dessa etnia, desde o Cacique Odorico, nas décadas de 1970, 1980, até a atual Cacique Pequena, eleita pela comunidade na década de 1990.

Espera-se que com a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé da Lagoa Encantada, encerre-se o ciclo de

lutas e reivindicação da posse e direito ao uso das terras da reserva constituída.

INTERRELAÇÕES SÓCIO-AMBIENTAIS NA LAGOA ENCANTADA

O conjunto paisagístico natural e cultural da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé é constituída por um vasto campo de dunas (móveis e fixas) e um tabuleiro costeiro que se estende em direção ao interior. Nesta última unidade destaca – se a presença das lagoas de Encantada, Tapuio e Sucurujuba, as duas primeiras de caráter hídrico perene.

As construções das casas (tijolo ou taipa) concentram-se nas margens da Lagoa de Encantada, que dá o nome à comunidade, sendo que na margem esquerda há uma maior concentração habitacional. Percebe-se a compartimentação territorial através de cercas e algumas concentrações de casas, devido a uma maior aproximação consangüínea como pais e filhos.

Há uma divisão territorial referente ao que é posse de terra particular, no tabuleiro costeiro e nas margens das lagoas, e as áreas de uso coletivo, lagoas, dunas e manguezais. As lagoas têm um vínculo direto com a terra indígena, e nelas exploram – se a pesca artesanal de peixes como caratilapia, carapreta, freira, jacundá, mussum, camurim e carapeba.

O campo de dunas é aproveitado pelo extrativismo vegetal, principalmente pela coleta dos frutos do cajueiro (produção de castanha e “mocaróro”, uma espécie de vinho da polpa do fruto) e do murici (suco e “cambica”, murici amassado com farinha). Esses frutos entram diretamente na dieta alimentar durante o período da safra.

Outras frutas silvestres presentes no campo de dunas e nas áreas de tabuleiro, como o jatobá, ubaia, juazeiro, guajirú e ameixa, também são

aproveitáveis como complemento alimentar, embora seja explorado de forma esporádica.

O ecossistema manguezal é uma das unidades paisagísticas naturais que ocorre no entorno da terra indígena, denominado localmente de Mangues do Marisco e Barro Preto. A população indígena, tanto adulta como infantil, participa da mariscagem e captura de caranguejos e camarões, que são usados na dieta da comunidade.

Culturalmente há uma forte correlação de atividades de subsistência com o manguezal, sendo que relatos pessoais das pessoas mais idosas conferem que os primeiros moradores indígenas da atual comunidade viviam em áreas mais próximas do Mangue do Marisco, na localidade do Riacho, as margens do riacho Barro Preto, que escoia a partir da Lagoa de Encantada.

Todo o material usado originalmente nas construções das casas indígenas e artefatos e utensílios de diferentes usos, sempre foi obtido dentro das terras indígenas. Madeira, barro, areia, palha, tudo era obtido nos ambientes do manguezal, campo de dunas, tabuleiro ou das próprias lagoas.

A partir da década de 1980, com a intensificação dos contatos com pessoas alheias à comunidade, e posteriormente com a abertura de uma estrada carroçável de acesso à lagoa, iniciou-se a assimilação de novos costumes que refletiram diretamente na paisagem cultural da comunidade. Neste sentido, destaca-se a construção de casas de tijolos e também a expansão substanciais de cultivos, principalmente de mandioca, visando a produção da farinha para uma posterior comercialização.

Há um crescente ingresso de novos produtos alimentícios de origem industrial, que refletiram também nos hábitos alimentares da população indígena. A efetivação de uma escola, a merenda escolar e uma maior

aproximação com as comunidades do Trairuru e Iguape, foram introduzindo novos valores culturais, indo em contra aos hábitos originais.

Alguns jovens passaram a ir estudar no Iguape, prosseguindo seus estudos iniciados na Lagoa Encantada, havendo uma melhoria significativa no nível de escolaridade da população mais jovem. Contato com sociólogos, geógrafos, historiadores, que passaram a estudar aspectos culturais e sócio-ambientais da lagoa e sua população, levaram a que a comunidade passasse a incorporar a sua identidade indígena e lutar por suas terras.

O fenômeno de resgate da identidade étnica e cultural indígena, a partir da década de 1980, ocorre principalmente ao longo do litoral cearense, envolvendo as etnias Tapeba, Tremembé, Pitaguari, além dos Jenipapo-Kanindé. Atualmente essas etnias possuem sete terras indígenas, com uma população de 10.090 habitantes (Brasil, 2005).

Ao sentirem-se outra vez com a posse de suas terras, as comunidades indígenas, em especial os Jenipapo-Kanindé, começam a assumir novas posturas com relação ao seu território. Os contatos com outras etnias, a discussão de problemas comuns a possíveis alternativas em encontros indígenas, constitui um novo despertar no resgate cultural e no amor próprio para a os Jenipapo-Kanindé.

Destaca-se ainda a inquestionável liderança da cacique Pequena, e os integrantes do Conselho Comunitário da Lagoa Encantada, com seus nove integrantes, que assumem um papel de contato e reivindicação junto aos poderes constituídos, as organizações não-governamentais e as universidades públicas de Ceará.

TERRA INDÍGENA JENIPAPO-KANINDÉ: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

A interferência do Estado, no que concerne a efetivação das unidades de conservação como reservas naturais, ou mesmo terras indígenas, sempre gera alguma forma de constrangimento junto as populações nativas. Tal fato deve-se ao antagonismo de interesses que há na sociedade, incluindo também, dessa forma, as comunidades indígenas. Logicamente, os conflitos são maiores, quanto maior é o processo de aculturação imposto pelo contato com a denominada civilização.

Mesmo mantendo-se relativamente “isolados” durante um bom tempo, a intensificação de contatos com pessoas, negócios e interesses alheios à comunidade Jenipapo-Kanindé, intensificou-se a partir da década de 1980. Atualmente, após a abertura da estrada, esse “isolamento” praticamente não existe mais.

O Iguape, o principal núcleo de atração de contatos com os Jenipapo-Kanindé, para comércio e outros negócios, hoje é um grande centro turístico, onde predomina uma intensa especulação imobiliária. Loteamentos em áreas de dunas, e principalmente nos tabuleiros, chegam até os limites das terras indígenas da Lagoa Encantada, impondo uma valorização financeira ao território.

Sousa (2000), em seu trabalho de dissertação intitulado “Identidade, Cultura e interesses: a territorialidade dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará”, através de uma excelente abordagem antropológica, identifica e analisa alguns problemas referentes à efetivação da terra indígena de Lagoa Encantada.

Em um primeiro plano identifica três grupos de interesses diferenciados no interior da comunidade, como reproduz o texto a seguir: “O emprego que os Jenipapo-Kanindé fazem de suas terras, são, com certa regularidade, individualizados. Isso corresponde a dizer que aos grupos domésticos se ajuntam atividades de plantação, coleta e pesca, que tem como principal fim atender as necessidades daqueles que as desenvolvem. Essa relação

habitual com os frutos que suas terras e águas lhe oferecem é presente ainda, nos limites das áreas residenciais. Cada terreno, como efeito possui fronteiras claras, mesmo que entre eles não estejam sempre expressas em cercas de arame ou estacas fincadas. Isso demonstra que entre os índios sua área terrestre é bem delimitada, possuindo cada grupo doméstico um pedaço de chão na Encantada.

Ora, como os outros índios estão inseridos em um processo de afirmação étnica e demarcação oficial de suas terras, que teve início na primeira metade da década de 1980, e como resultado final dessa busca deve legitimar o usufruto comum da área por arte desses índios, a pergunta que se formula é a seguinte: como os Jenipapo-Kanindé articularão uma área total que vai ser comum, ao uso particular que fazem ordinariamente de seus pedaços de terra? Três foram os pólos categóricos que encontrei e que podam tentar costurar algum sentido para essa indagação” (Sousa, 2000).

O olhar analítico do autor (Sousa, 2000): realmente identificou o que é notório dentro da comunidade indígena de Lagoa Encantada, há os Jenipapo–Kanindé “envoltos na comunidade”, “os envoltos com cuidado”, e finalmente “os não envoltos com a comunidade”.

Entre os denominados “índios envoltos com a comunidade” está o grupo que inicialmente empreendeu o processo de auto-reconhecimento das suas identidades indígenas, que lutam por uma terra indígena ampla e comunitária. O grupo é constituído pelas famílias mais próximas consanguineamente com a cacique Pequena e os integrantes do Conselho Comunitário Indígena, além de outras pessoas e lideranças que historicamente se envolveram nessa luta.

O segundo grupo, denominado como “os envoltos com a comunidade, mas cuidadosos” em um momento inicial acreditam ser benéfico a demarcação das terras, porém tem um certo temor quanto ao futuro uso de

suas terras, hoje de posse familiar. Embora participem efetivamente das reuniões que tratam sobre a efetivação e gestão das terras indígenas, não possui uma ação de maior participação e dedicação à causa de luta por uma terra comunitária.

Os denominados “índios não envolvidos na comunidade” correspondem ao grupo de pessoas que não participam das reuniões e tampouco acreditam ou reivindicam uma terra para todos. Diferentes causas estão inerentes a essa desmotivação, o fato de alguns ainda não assumirem sua identidade indígena, conflitos pessoais e ou familiares com pessoas de outros grupos e até interesses em manter exclusividade sobre as posses de suas terras. Alegam em sua maioria que as reuniões são confusas e não atendem ao conjunto de reivindicações e questões relevantes à comunidade, obviamente dentro de suas ansiedades e desejos particulares do grupo.

Constata-se então, que há linhas divisórias notórias, que, no entanto, podem ser partidas e alinhadas em um tecido comum. Grande parte dessa problemática no interior da comunidade pode ser resolvida após a efetiva legalização e consolidação da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé da Lagoa Encantada.

Diretrizes e planos de gestão das terras indígenas devem ser efetivados após a legalização das terras, e então todos os grupos deverão unir – se na busca de um caminho comum: o desenvolvimento sustentável da comunidade e de seu espaço natural e cultural.

EM BUSCA DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O desenvolvimento sustentável segundo Mateo Rodríguez (2002) possui diferentes matizes e variantes, determinados por interesses políticos, econômicos, dimensionais e culturais, que vão imprimir sua marca maior e as características que se queiram envolver. A Terra Indígena Jenipapo-Kanindé

Geografia: Publicações Avulsas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v.4, n. 1, p. 169-185, jan./jun. 2022 (2024).

da Lagoa Encantada logicamente estará sujeita, pelo fato de se administrada por um órgão federal, a Fundação Nacional de Índio (FUNAI), aos planos de desenvolvimento proposto pelo governo às terras de domínio indígena.

Acredita-se, que embora esse fato seja concreto, há um amplo leque de possibilidades que a comunidade pode trabalhar, fora dos âmbitos federal e estadual. A estratégia adequada e complementar seria lutar em busca de um desenvolvimento sustentado local, a partir de análises e diagnósticos integrados elaborados com a participação da própria comunidade indígena e seus diferentes interesses e particularidades.

Algumas ações, através de projetos de extensão e pesquisa das universidades do Ceará, além da participação de algumas ONG's, e ainda ações de pesquisadores de forma isolada, tem contribuído para uma maior tomada de consciência da população indígena, quanto aos problemas e conflitos em suas terras, bem como da necessidade de definirem-se horizontes de possíveis soluções. O Desenvolvimento Sustentável Comunitário seria uma forma de integrar todas as ações e planos em um objetivo comum e amplo.

A partir desse momento a Educação Ambiental passa a constituir um elemento fundamental na conjugação de forcas e alternativas para a obtenção de um Desenvolvimento Sustentável a nível local para a Comunidade Indígena Jenipapo-Kanindé. Alguns projetos tem sido desenvolvidos na Lagoa da Encantada, envolvendo a temática de Educação Ambiental, com técnicas formais e informais, obtendo-se já alguns resultados quanto a questão da necessidade de participação individual e coletiva dos índios, na resolução de seus problemas socioambientais.

Projetos de extensão efetivados pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal de Ceará, atuando com Educação Ambiental para jovens, junto a Escola Indígena de Jenipapo-Kanindé, já obteve alguns

resultados na identificado dos principais problemas sócio ambientais da comunidade assim estabelecidos:

- Desmatamentos e queimadas provocados pela invasão de posseiros, por índios e brancos na exploração agrícola da terra.
- Poluição hídrica das lagoas (Encantada e Tapuia), em decorrência de queimadas, desmatamentos e descargas industriais (fábrica de aguardente).
- Sobreexploração dos recursos hídricos (lagoas de Encantada e Tapuio) por meio da captação de suas águas para uso industrial (lagoa de Encantada pela fábrica de aguardente) e abastecimento urbano (lagoa de Tapuio pela Prefeitura Municipal de Pindoretama).
- Seca e falta de chuvas devido às irregularidades climáticas e modificações locais relacionadas aos desmatamentos.
- Invasão das terras indígenas por posseiros e segundas residências principalmente nas bordas limítrofes da reserva, especialmente no campo de dunas.
- Impedimento de acesso decorrente da construção de cercas de arame cercando as trilhas e caminhos existentes nas dunas e ao longo de cursos de água.
- Demora no processo de demarcação de suas terras pelo FUNAI, uma demonstração da falta de interesse do Governo Federal.
- Desemprego e falta de oportunidades em decorrência da inoperância do setor produtivo, ausência de infra-estrutura e capacidade de organização através de projetos, associações e cooperativas.
- Discriminação etno-social com os integrantes da comunidade em função da baixa renda econômica, tipologia das roupas e aspectos fisionômicos da população.

- Alcoolismo em determinados setores da população, devido à falta de emprego e possibilidades de trabalho em qualquer tipo de ocupação.

É necessário que as universidades e a comunidade Jenipapo-Kanindé partam juntos na busca de possibilidades e recursos para desenvolverem projetos integrados de viabilização de estratégias para uma Educação Ambiental direcionada ao Desenvolvimento Sustentável local. Alguns passos já vêm sendo dados, como é o caso do projeto “Educação Integral para a sustentabilidade e o desenvolvimento do turismo comunitário na Terra Jenipapo-Kanindé, Município de Aquiraz, Ceará” desenvolvido por professores e alunos do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Ceará, com o apoio de recursos fornecidos pela PETROBRÁS.

Esta iniciativa de estímulo ao desenvolvimento sustentável de um território local, integra a Educação Ambiental como instrumento de capacitação de jovens para a recepção e condução de turistas na Terra Indígena Jenipapo-Kanindé. Entre os objetivos traçados e que serão alcançados a traves do projeto estão:

- Elaboração de forma participativa de um zoneamento etnográfico da Terra Indígena de Jenipapo-Kanindé.
- Ministras oficinas temáticas no Centro Comunitário da Aldeia: formação em eco-turismo, turismo comunitário, artesanato, elaboração de trilhas, noções de Ecologia e Geografia da Terra Indígena Jenipapo-Kanindé.
- Atividades de campo com a confecção de mapas básicos e temáticos da reserva, determinando – se as unidades de paisagem, impactos ambientais e definição das trilhas eco turísticas a partir da sede da aldeia.

Essa ação inicial deve ser complementada com novos projetos e oficinas que atendam principalmente à solução dos problemas enunciados pela própria comunidade. Capacitações profissionais em técnicas de permacultura (agro floresta), formação de lideranças jovens, recuperação de valores culturais, instituição de cooperativas, produção de artesanato com semente, fabricação de doces e outros sub-produtos da flora nativa, horticultura comunitária e outros temas que possam surgir a partir de discussões participativas, deverão ser incorporados e incluídos nas oficinas e cursos a serem realizados.

Vicente da Silva (1998) propõe as seguintes alternativas de manejo e adequação de uso ocupacional:

- Estabelecimento de um zoneamento ambiental com áreas de preservação, com ações conservacionistas, usos restritos e específicos e de recuperação ambiental.
- Desenvolvimento da piscicultura nas lagoas e tanques domiciliares.
- Estímulo ao Ecoturismo através de divulgação e capacitação de guias.
- Aplicação de técnicas de permacultura e agricultura ecológica no interior do território indígena.
- Controle de pesca, mariscagem e captura de crustáceos, estabelecendo um plano de manejo.
- Monitoramento da qualidade dos aquíferos sub superficiais (poços e cacimbas) e superficiais (lagoas, rios e riachos).
- Reflorestamento de dunas e tabuleiros degradados, com espécies nativas e frutíferas.

- Extrativismo vegetal efetuado de forma racional com beneficiamento de seus sub-produtos para a comercialização com a denominação Jenipapo-Kanindé.
- Arborização da aldeia com árvores frutíferas e de sombreamento.
- Proteção contra processos erosivos; infra-estrutura de escoamento superficial.
- Adequação de infra-estrutura de saneamento básico: água, esgoto e coleta de lixo (seletiva e com reciclagem).
- Aproveitamento de formas de energias alternativas, eólica e solar.
- Definição de áreas para construção de novas residências para os jovens indígenas, preferencialmente nas áreas de tabuleiro.
- Incentivo e capacitação dos jovens, respeito e absorção dos saberes tradicionais aliados ao conhecimento e aplicabilidade de técnicas científicas devem integrar-se um plano de manejo, voltado a um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma pesquisa participativa e levando em consideração as expectativas da própria comunidade Jenipapo-Kanindé, acredita-se que a possibilidade de manter a identidade cultural dessa comunidade étnica e contribuir para o aumento de sua qualidade de vida seria através da construção de um modelo de Desenvolvimento Sustentável Comunitário. Esse modelo estaria fundamentado nos seguintes princípios: Fortalecimento do papel social e do poder político e econômico da Comunidade; Construção de um tecido social ativo, fomentando a unidade e o protagonismo das lideranças envolvidas com o fortalecimento da cultura

indígena; Manutenção do equilíbrio ambiental, sociocultural e econômico; Melhoria de qualidade de vida da população local; Obtenção de empregos para a população em idade de trabalhar.

Dessa forma a sustentabilidade da Comunidade estaria baseada nos seguintes pilares: Participação, autonomia e descentralização do poder; Equidade e igualdade socioeconômica; Identidade sociocultural; Compatibilidade ambiental.

Para tanto se faz necessário à reconstrução e a reconversão do meio ambiente, no qual e do qual vive a comunidade. Essas ações deveriam estar formadas pelos seguintes elementos: o entorno, que consistirá no melhoramento das condições naturais, a recuperação da Lagoa Encantada, e o aumento da beleza paisagística no entorno da aldeia; o entorno econômico, através da criação de um sistema de economia popular solidária, formada fundamentalmente pela propriedade comunitária preponderante sobre os meios de produção, e estabelecimento de práticas de gestão democráticas, participativas, transparentes, solidárias e efetivas; o entorno cultural, por meio de reforço simbólico dos pontos de encontros (áreas de reuniões) criação de um museu cultural indígena e casas comunitárias, fomentando a recuperação das tradições; o entorno social, estimulando a união, as participações, ativas e coerentes entre todos os atores sociais e agentes comunitários, fortalecendo as lideranças escolhidas democraticamente.

Um projeto de educação ambiental deve ser encaminhado objetivando lograr a aplicabilidade de mencionados princípios e requisitos, estimulando a formação de um meio ambiente que seja sustentável e que promova o reforço da identidade comunitária e o melhoramento da qualidade de vida. A Educação Ambiental pode lograr esses objetivos mediante o fortalecimento de uma cultura ambiental autóctone formada por: um saber ambiental que articule o conhecimento tradicional com os

conhecimentos técnico-científicos; uma ética ambiental sustentada em valores culturais, sociais e ambientais, encaminhados a reforçar a identidade comunitária e promover a sustentabilidade; o desenvolvimento de uma capacidade de gestão que permita a evolução harmônica de atividades econômicas sustentáveis, tais como pesca, mariscagem, artesanato, agricultura orgânica, horticultura, ecoturismo, turismo cultural e processo de comercialização de produtos que beneficie toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Serviço de Informação Indígena. **Jenipapo-Kanindé**. Brasília: FUNAI, CGDOSEC, 2005.

MATEO RODRÍGUEZ, José Manuel. **Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible**, Manizales: Universidad Nacional de Colômbia, 2002.

SILVA, Edson Vicente da. **Geoecologia da Paisagem do litoral cearense: uma abordagem ao nível de escala regional e tipológica**. 1998. Tese de Professor Titular, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1998.

SOUSA, Carlos Kleber Saraiva. **Identidade, cultura e interesses: a territorialidade dos índios Jenipapo-Kanindé do Ceará**. 2000. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.